



Educação: Políticas, Estrutura e Organização 4

Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Gabriella Rossetti Ferreira

(Organizadora)

**Educação: Políticas, Estrutura e
Organização**
4

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização 4 /
Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e
Organização; v. 4)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-305-7

DOI 10.22533/at.ed.057190304

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo
escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas
educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte 4” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007).

O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra. A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular.

A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AS MARCAS DOS PARADIGMAS EDUCACIONAIS E AS TEORIAS DA APRENDIZAGEM EM UMA PRÁTICA DE ENSINO PROFISSIONAL	
Calinca Jordânia Pergher Lucas Billo Dias Thamille Pereira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.0571903041	
CAPÍTULO 2	11
AS ORIENTAÇÕES TÉCNICAS QUE NORMATIZAM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM MEDIDA PROTETIVA NO BRASIL E O DIREITO À EDUCAÇÃO DOS/AS ACOLHIDOS/AS	
Daiane Lins da Silva Firino	
DOI 10.22533/at.ed.0571903042	
CAPÍTULO 3	23
AS POLÍTICAS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, DIDÁTICA E GESTÃO DEMOCRÁTICA NO COTIDIANO ESCOLAR	
Valdir Avelino de Paiva Luandson Luis da Silva Joel Nunes de Farias Elaine Cristina Meireles Silva Marizete Soares de Oliveira Santos Hosana Souza de Farias Aldair Viana Silva de Alcaniz	
DOI 10.22533/at.ed.0571903043	
CAPÍTULO 4	32
AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NAS CONCEPÇÕES NEOLIBERAIS	
Luandson Luis da Silva Joel Nunes de Farias Valdir Avelino de Paiva Elaine Cristina Meireles Silva Aldair Viana Silva de Alcaniz Marizete Soares de Oliveira Santos Hosana Souza de Farias	
DOI 10.22533/at.ed.0571903044	
CAPÍTULO 5	42
AS REDES SOCIAIS VIRTUAIS E A EDUCAÇÃO PARTICIPATIVA UMA VISÃO DA ESCOLA CONTEMPORÂNEA	
Isis Nalba Albuquerque Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.0571903045	

CAPÍTULO 6	49
AS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA EDUCAÇÃO COMO METODOLOGIA DE ENSINO- APRENDIZAGEM, NA ALFABETIZAÇÃO INFANTIL: O USO DO APLICATIVO “SILABANDO”, COMO RECURSO DIDÁTICO	
Mariana Oliveira de Oliveira Adriano Miranda dos Santos André Luiz Andrade Rezende Cíntia Damasceno Farias	
DOI 10.22533/at.ed.0571903046	
CAPÍTULO 7	64
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: UMA ANÁLISE SOBRE O USO DAS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS	
Andreia Valeriano Figueredo Leandro Edilene Cristiano de Figueredo Valeriano Giovani Mendonça Lunardi Eliane Pozzebon	
DOI 10.22533/at.ed.0571903047	
CAPÍTULO 8	73
ATIVIDADES AQUÁTICAS E SEUS BENEFÍCIOS PARA CRIANÇAS COM AUTISMO: REVISÃO SISTEMÁTICA	
Weslley Alex da Silva Dionísio Mylli Ketwilly Ferreira dos Santos Amanda Aparecida de Lima Adriano Florêncio da Silva Pedro Lucena de Paula Carolina Lourenço Reis Quedas Dayana da Silva Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0571903048	
CAPÍTULO 9	85
ATIVIDADES RECREATIVAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM UMA ESCOLA PÚBLICA	
Evandro Jorge Souza Ribeiro Cabo Verde Lionela da Silva Corrêa Francianne Farias dos Santos João Otacilio Libardoni dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.0571903049	
CAPÍTULO 10	97
AULAS PRÁTICAS COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM NOS CONTEÚDOS DE DENSIDADE E MISTURAS	
João Victor Odilon da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.05719030410	
CAPÍTULO 11	104
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ONLINE UTILIZADA EM AULAS PRESENCIAIS	
Daniela Veiga de Oliveira Najla Fouad Saghie Tiago Nascimento de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.05719030411	

CAPÍTULO 12 113

AVALIAÇÃO DA CONCEPÇÃO DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO SOBRE “LIXO” E “RESÍDUO” EM UMA ESCOLA DE REFERÊNCIA DA CIDADE DE VERTENTES/PE

Euarda do Nascimento Serra Sêca
Paloma Lourenço Silveira de Araújo
Juliana Thais da Silva Amaral
Ana Paula Freitas da Silva

DOI 10.22533/at.ed.05719030412

CAPÍTULO 13 124

AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Cláudia Costa dos Santos
Camyla Silva da Costa
Ronaldo dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.05719030413

CAPÍTULO 14 134

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DO ENSINO PÚBLICO ESTADUAL DE MATO GROSSO (ADEPE), UMA EXPERIÊNCIA INICIAL

Gresiel Ramos de Carvalho Souza

DOI 10.22533/at.ed.05719030414

CAPÍTULO 15 143

AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO DE ESCOLARES DOS ANOS FINAIS SOBRE A COLETA SELETIVA DE LIXO

Tamiris Alves Rocha
Dayane de Melo Barros
Marllyn Marques da Silva
Cristiane Maria da Conceição
Gilvania Luana da Rocha Silva Neves
Gerliny Bezerra de Oliveira
Jardielle de Lemos Silva
Danielle Feijó de Moura

DOI 10.22533/at.ed.05719030415

CAPÍTULO 16 149

AVALIAÇÃO ESCOLAR EM GRUPOS INTERATIVOS: UM ESTUDO TEÓRICO DE PRÁTICAS NO ENSINO DE CIÊNCIAS NOS ÚLTIMOS ANOS

José dos Santos Ferreira
Leonardo Alcântara Alves

DOI 10.22533/at.ed.05719030416

CAPÍTULO 17 162

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: O QUE DIZEM OS GESTORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS COM OS MELHORES RESULTADOS NO MUNICÍPIO DE CORURUPE/ALAGOAS

Jucicleide Gomes Acioli

DOI 10.22533/at.ed.05719030417

CAPÍTULO 18	173
AVALIAÇÃO, REPETÊNCIA E JUÍZO PROFESSORAL: UM DIÁLOGO QUALI-QUANTI	
Maria de Lourdes Sá Earp Glauco da Silva Aguiar	
DOI 10.22533/at.ed.05719030418	
CAPÍTULO 19	188
AVALIAÇÃO: PARA QUE TE QUERO? UM OLHAR VOLTADO PARA ALÉM DO EDUCAR E CUIDAR	
Aline Dias Nascimento Rita de Cássia M. O. André	
DOI 10.22533/at.ed.05719030419	
CAPÍTULO 20	197
BIOMASSA DE BANANA VERDE: CONSTRUÇÃO DE UMA CARTILHA EDUCATIVA COMO FERRAMENTA DE APOIO AO PRODUTOR RURAL	
Bárbara Jardim Mariano Suzete Maria Micas Jardim Albieri	
DOI 10.22533/at.ed.05719030420	
CAPÍTULO 21	202
BIOTECNOLOGIA: UTILIZAÇÃO DE MICRORGANISMOS PARA O PROCESSO DE BIORREMEDIAÇÃO EM AMBIENTES CONTAMINADOS - PERSPECTIVAS TECNOLÓGICAS	
Emília Mendes da Silva Santos Isabela Regina Alvares da Silva Lira Ariosto Afonso de Moraes Adriene Siqueira de Melo Maria Gracielly Lacerda de Abrantes	
DOI 10.22533/at.ed.05719030421	
CAPÍTULO 22	208
BRASIL – MOÇAMBIQUE, AFIRMANDO SINERGIA E RECONSTRUINDO IDENTIDADES PELA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO INTERNACIONAL ENTRE A UFRN E A UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA DE MOÇAMBIQUE	
Marília do Vale Góis Pacheco Medeiros Adir Luiz Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.05719030422	
CAPÍTULO 23	219
BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E SUA EVOLUÇÃO ATÉ A EAD	
Joel Nunes de Farias Luandson Luis da Silva Valdir Avelino de Paiva Hosana Souza de Farias Elaine Cristina Meireles Silva Aldair Viana Silva de Alcaniz Marizete Soares de Oliveira Santos	
DOI 10.22533/at.ed.05719030423	

CAPÍTULO 24	231
CAMINHOS DA HISTÓRIA 2.0: UMA PROPOSTA DE USO DE JOGOS DIGITAIS NA SALA DE AULA	
Adriano Miranda dos Santos André Luiz Andrade Rezende Cíntia Damasceno Farias Mariana Oliveira de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.05719030424	
CAPÍTULO 25	240
CANTO DE MURO: UMA ABORDAGEM DE INVESTIGAÇÃO ZOOLOGICA NA OBRA DE CÂMARA CASCUDO	
Bruno de Paiva Rêgo Elineí Araújo-de-Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.05719030425	
CAPÍTULO 26	251
CARACTERIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA LÓGICO-MATEMÁTICA DOS ALUNOS DO IFRN <i>CAMPUS-MACAU</i>	
Marfisa Hyanchelle Cortez Costa Josivan Bonifácio Rocha de Almeida Micleydson Batista dos Santos João Batista Gomes Moreira Liliane Ribeiro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.05719030426	
CAPÍTULO 27	264
CASAS GAYS E FAMÍLIAS TRADICIONAIS: CONCEPÇÕES HISTÓRICO-EDUCATIVAS E DISCURSOS EXCLUDENTES	
Robson José de Oliveira Brito	
DOI 10.22533/at.ed.05719030427	
CAPÍTULO 28	273
COLEÇÕES BIOLÓGICAS: ALTERNATIVA PARA A CONTEXTUALIZAÇÃO DO ENSINO DE BOTÂNICA	
Nadja Larice Simão de Lacerda Rivete Silva Lima	
DOI 10.22533/at.ed.05719030428	
CAPÍTULO 29	280
COMO SUPERAR AS DIFICULDADES DO ENSINO DE FÍSICA CONTEMPORÂNEO POR MEIO DE MÉTODOS DIFERENCIADOS	
Daiane Maria Medeiros da Silva Hérika Rafaella Soares da Silva Ana Maria Torres da Silva Regiane Marta Cassimiro de Farias Lidiane Maria Omena Silva Leão	
DOI 10.22533/at.ed.05719030429	

CAPÍTULO 30 287

COMPARAÇÃO ENTRE AS PROVAS DO ENADE 2005 E 2008 DO GRUPO I:
COMPOSIÇÃO DAS HABILIDADES PELA TEORIA C.H.C

[Andreia Silva da Mata](#)

DOI 10.22533/at.ed.05719030430

CAPÍTULO 31 297

CONFRONTANDO AVALIAÇÕES SOB UMA VISÃO MULTICULTURAL:
EXPANDINDO PRÁTICAS QUE ELEVAM O CONHECIMENTO, NÃO QUE O
BLOQUEIAM

[Aldnir Farias da Silva Leão](#)

DOI 10.22533/at.ed.05719030431

SOBRE A ORGANIZADORA..... 304

CONFRONTANDO AVALIAÇÕES SOB UMA VISÃO MULTICULTURAL: EXPANDINDO PRÁTICAS QUE ELEVAM O CONHECIMENTO, NÃO QUE O BLOQUEIAM

Aldnir Farias da Silva Leão

1 | INTRODUÇÃO

A avaliação ao longo dos tempos vem sendo apresentada e discutida entre inúmeros estudiosos, bem como entre todos que fazem a educação propriamente dita, entre esses, os professores, os quais em conversas formais e/ou informais debatem sobre suas práticas avaliativas, questionando sobre as dificuldades para realizar esse processo, bem como os resultados negativos que insistem e persistem no processo de ensino-aprendizagem. Sobretudo, enfatizam que, muitas vezes, esse processo avaliativo não acontece como gostariam, mas como o sistema exige, tentando assim, justificar suas resistências a inovações nessa prática. Hoffmann (2009, p.18) enriquece esse pensamento quando diz que:

É interessante como os educadores reagem a questões de inovação que digam respeito à metodologia tradicional de aplicação de provas e atribuições de notas/ conceitos periódicos. Nos cursos e seminários, a maior expectativa deles é quanto a sugestões para realizar essa prática de maneira mais coerente (até porque percebem as incoerências nesses aspectos) sem, no entanto, refletir sobre o significado dessa metodologia.

A partir de observações nas práticas avaliativas aplicadas nas escolas da rede pública de ensino, focando nos anos iniciais do Ensino Fundamental, percebeu-se que essas práticas ainda fogem do atual sentido de avaliar, que não é apenas medir saberes, mas oportunizar ao aluno/ à aluna novas descobertas, novos aprendizados.

Desta forma, percebe-se a importância de se aprofundar ainda mais o estudo dessa temática, visto que mesmo com a amplitude de informações e abordagens que enfatizam a relevância das práticas avaliativas como forma de evolução/progressão, não de regressão ou bloqueio, ainda encontramos métodos de avaliação que se baseiam apenas em testes que, na verdade, não testam nada, apenas limitam os alunos a fornecerem as informações básicas sobre determinado tema ministrado, e até mesmo, temas que nem foram apresentados ou discutidos em sala de aula, porém por estar nos planos de aulas, para justificar o registro são cobrados em provas, ou seja, por questões curriculares, não focando no principal que é o processo ensino-aprendizagem.

A inquietação por essa problemática é que, além de ser educadora, pesquisadora, mãe, sou uma cidadã preocupada com nosso futuro, com *nossos pequenos* que serão

os grandes porvindouros, devendo estar preparados para uma sociedade que provavelmente continuará excludente, de alguma forma, cabendo a nós, educadores, a responsabilidade, a missão de oportunizar a esses indivíduos formas de crescimento como ser humano e cidadão crítico, com ideais e ideias, utopias e vontades, utopias por um mundo melhor, onde valorizem a todos, respeitando as particularidades. Portanto, a educação é a mola mestra para esse *up* na sociedade. Assim, a avaliação será a ferramenta que ajudará (ou não) na continuidade desse indivíduo no meio do conhecimento formal, a escola. Para Salomão (2007), sendo a escola, por excelência, um local de sociabilização, o professor deve ir assumindo gradualmente o seguinte papel:

o papel de mediador, dando aos alunos a oportunidade de constituírem as suas aprendizagens: (...) papel do mediador como fomentador de uma formação reflexiva, sugerindo que ele não fosse diretivo, mas que buscasse criar uma atmosfera de confiança e negociação, partindo das necessidades dos interagentes e utilizando-se de estratégias que envolvessem o oferecimento de alternativas, colaboração e provimento de teoria de acordo com as necessidades. (SALOMÃO *apud* RODRIGUES, 2013, p. 93)

Mas para isso, é essencial, segundo Cardoso (1996), “a convicção dos professores de que é necessário mudar as suas práticas em sentidos multiculturais e de que dispõem de condições e disponibilidade para promoverem mudanças.” (CARDOSO *apud* RODRIGUES, p.75). Entende-se, pois, que uma das propostas para que esse processo de ensino-aprendizagem seja efetivado de maneira mais ampla e igualitária, o professor precisa modificar suas práticas pedagógicas para que atenda a todos, sem limitações ou restrições para alguns, precisa-se, pois, de um plano diversificado e multicultural, que com sua flexibilidade se ajuste às necessidades da turma.

Com esse estudo objetiva-se confrontar e analisar as práticas avaliativas nos anos iniciais do ensino fundamental numa perspectiva de escolas públicas da zona rural do município de Curral de Cima-PB.

2 | METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada com duas professoras dos quartos e quintos anos do ensino fundamental da zona rural, que serão referenciadas ao longo do trabalho como P1 e P2, estando, respectivamente lotadas na Secretaria de Educação do município de Curral de Cima, Paraíba, na Escola Municipal de Ensino Fundamental João Raimundo e Escola Municipal Jacy Rego Barros. Para tal, utilizou-se uma pesquisa de campo, onde as professoras responderam a um questionário composto por 7 (sete) questões discursivas (conforme anexo), para que assim pudessem não apenas responder objetivamente mas expor suas opiniões a respeito de cada questão. Sendo, pois, considerada uma pesquisa descritiva. Prevaleceu-se o método qualitativo, visto que,

Neves (1996, p. 1), define pesquisa qualitativa como [...] um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados [...]. Porém, para a coleta de dados foi utilizado o quantitativo. A pesquisa foi dividida em três partes: 1- Elaboração do questionário; 2- Apresentação do tema da pesquisa e disponibilização dos questionários às professoras, impressos e por e-mail; 3- Coleta e análise dos dados da pesquisa de campo, para que assim chegássemos aos resultados e discussões que serão apresentadas no próximo tópico.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por muito tempo tem se discutido sobre práticas avaliativas em sala de aula, criticando-se o método tradicional de aplicar provas e testes sem considerar os conteúdos ministrados em sala de aula nem valorizar os conhecimentos prévios dos alunos e suas opiniões. Santos e Canen (2014) ressaltam que:

é importante a utilização de instrumentos diversificados de avaliação construídos a partir de critérios que foram efetivamente trabalhados no cotidiano escolar, ou seja, é incoerente com a proposta o professor cobrar, em testes e provas, conteúdos que não foram abordados durante o ensino. (SANTOS e CANEN, 2014, p. 65).

Analisando as respostas de P1, percebe-se que sua realidade, suas práticas avaliativas tem objetivos pertinentes e sua visão comunga com algumas teorias, pois quando se perguntou: O que você entende por avaliação da aprendizagem? Ela respondeu que é uma atividade de verificação da aprendizagem aplicada para os alunos que visa obter dados qualitativos sobre o processo de ensino e aprendizagem dos mesmos. É perceptível sua compreensão a respeito da avaliação. Porém, P2 já enxerga a avaliação como uma forma de representar realmente o que o aluno aprendeu ou não, quando afirma na questão 1(um) “acredito que é necessário a avaliação para constatar se o aluno domina todos os conteúdos ensinados.” Ou seja, para essa professora uma forma de comprovar o resultado do processo de ensino-aprendizagem é através da ferramenta avaliativa. Completando esse raciocínio, perguntou-se: Qual a função da avaliação no processo de ensino-aprendizagem? P1 prontamente respondeu “Me auxiliar como professora em relação ao trabalho que desenvolvo com a turma” e P2 “A avaliação é essencial para um diagnóstico e para mudar os métodos de ensino.” Nesse ponto, vê-se a semelhança nas respostas, ambas atribuem à avaliação um importante papel, que deve realmente ser assim.

A avaliação deve servir para apresentar um diagnóstico não como uma conclusão, mas como um novo olhar sobre o processo e, se preciso, mudar as estratégias para atingir os objetivos almejados. A respeito disso, Hoffmann (2009, p. 67), argumenta que tarefas avaliativas exigem a interpretação das respostas dos alunos em termos da

natureza dos erros cometidos para o planejamento de intervenção coerente.

Por outro lado, quando se perguntou como a professora avaliava seus alunos e quais instrumentos utilizava para tal procedimento, ela respondeu que era “por meio de observação, atividades contínuas, pesquisa em grupo e individual e exercícios de verificação da aprendizagem. Utilizo todos os materiais didáticos e paradidáticos usados no dia a dia em sala de aula.” Ou seja, além da avaliação formativa P1 faz uso de métodos tradicionais quando aplica tais exercícios de verificação de aprendizagem, que são as avaliações escritas, sendo essas pré-agendadas, onde os alunos devem estudar os conteúdos apresentados nas aulas anteriores e mostrar que foram assimilados no momento de aplicabilidade desse exercício.

Em conversa informal a professora enfatiza que faz uso dessa técnica porque o sistema exige notas, e realmente é exatamente assim que funciona, somos avaliados através de notas desde as séries iniciais até o ingresso em faculdades e quando nos submetemos a concursos públicos, que tem como processo seletivo a prova escrita e a entrevista, sendo estas, também, classificatórias. Desta forma, “[...] apesar de a avaliação formativa estar presente em propostas educacionais, na pesquisa acadêmica e não causar mais tanto estranhamento, a avaliação tradicional, segundo os autores, continua a ser empregada na maioria das escolas.”(SANTOS e CANEN, 2014, p.66).

Em uma de suas respostas P1 afirma que a avaliação deve ser aplicada e as respostas dos alunos devem ser respeitadas. Nesse sentido, reforça-se o papel do educador como pesquisador constante de sua prática. Ele deve construir no seu cotidiano perspectivas multiculturais que resultem em discursos alternativos, que valorizem as identidades, [...] e recusem-se a congelamento identitário. (CANEN, 2007 *apud* SILVA; PRIMÃO; ALEXANDRE, 2012, p. 06).

Porém, nem todos os professores estão nesse grupo de pesquisadores e preparados para valorizarem as identidades, ou seja, aqueles que olham o aluno em suas particularidades, respeitando sua cultura, seus conhecimentos prévios, seu ponto de vista. Uma vez que, no sistema educativo nos deparamos com professores que castigam o aluno por algum comportamento que julga indisciplinar, aplicando-se prova surpresa. Além dessa realidade que nos surpreende, ainda existem aqueles que utilizam a técnica dos questionários decorativos, onde os alunos se submetem a decorar 20 ou 30 questões para no dia seguinte, conforme a vontade do professor, responder a cinco, dez ou até mais dessas questões, que na maioria das vezes o aluno se dá mal, pois acontece aquele famoso branco, ou seja, por ser uma técnica de decorar e não de aprender o assunto, o aluno simplesmente esquece tudo, apaga literalmente de sua memória.

Por essas e outras razões, alguns alunos são reprovados e permanecem no mesmo ano de estudo, ou seja, através de um processo avaliativo, classificatório e excludente, o aluno não é promovido para o ano seguinte, pois foi submetido a avaliações que não avaliaram sua evolução, mas o limitaram ao retrocesso. “Tradicionalmente, no entanto, as práticas de avaliação desenvolvidas na escola têm

se constituído em práticas de exclusão: avalia-se para medir a aprendizagem dos estudantes e classificá-los em aptos ou não aptos a prosseguir os estudos.” (LEAL, ALBUQUERQUE e MORAIS, 2009, p. 99). A partir daí, muitas vezes, será visto como um fracassado, e se não encontrar alguém que o estimule e o ajude a desenvolver suas habilidades, terá apenas frustrações, e no futuro será mais um aluno para aumentar os índices de distorção idade-série. Como salientam Xavier e Canen (2008):

Outro ponto que levantou polêmica, por não ser um consenso, foi o que ressalta a exclusão daqueles que “não conseguem aprender”, representados por aqueles alunos com dificuldade de aprendizagem, repetentes, alunos com defasagem idade-série e evadidos, que conseqüentemente “fracassam” e acabam por ser expulsos da escola, mas, no entanto, não são identificados pelos educadores como um grupo de excluídos. (XAVIER; CANEN *apud* SILVA, PRIMÃO e ALEXANDRE, 2012, p. 297).

Cominando esse pensamento com as práticas de uma das professoras pesquisadas observou-se que quando se indaga quais as maiores dificuldades para avaliar o aluno, P1 respondeu “Avaliar o aluno que ainda não foi alfabetizado e já saiu do ciclo de alfabetização”. Ou seja, a maior dificuldade é quando o aluno já passou da fase de alfabetização, classificada como Ciclo de Alfabetização (1º, 2º e 3º anos) e já está no 4º ou 5º ano, porém ainda não consegue ler fluentemente.

No entanto, para a segunda professora (P2), a maior dificuldade é “separar as atividades escritas e de leitura do contexto comportamental.” Entende-se que para essa professora avaliar o aluno confrontando as práticas tradicionais de avaliação com processo contínuo torna-se complicado, em conversa informal ela enfatizou que às vezes o aluno apresenta práticas corriqueiras e comportamentos positivos, porém nas práticas de avaliação escrita só consegue atingir o mínimo de rendimento, entretanto, não pode abrir mão dessa prática. Até porque, o sistema exige notas, para não ser tão injusta, faz trabalhos de recuperação e considera cada momento do aluno em sala de aula, prática essa plausível, diante das realidades que encontramos em algumas escolas.

Todavia, na questão: Em sua opinião, quando uma avaliação deve ser realizada? Em quais situações ou momentos? A mesma professora respondeu: No momento em que precise medir o grau de aprendizagem do aluno. Portanto, para ela a avaliação é mesmo um instrumento que **mede** o aprendido. Já P1 afirma que a avaliação deve ser realizada a partir do momento que ele tem entendimento do assunto tenha boa oralidade e escrita em relação ao mesmo. Assim sendo, não se deve apenas (pré) determinar datas para procedimentos avaliativos, mas realizá-lo quanto perceber que o aluno já assimilou o conteúdo ministrado. Respeitando cada criança, cada momento e individualidade, pois “é na singularidade e não na padronização de comportamentos e ações que cada sujeito, nas suas interações com o mundo sociocultural e natural, vai tecendo os seus conhecimentos.” (CORSINO, 2006, p.57).

É sabido que, diante dos fatos apresentados e analisados, as professoras

pesquisadas não exercem uma prática avaliativa integralmente multicultural, diversificada, ou formativa, apesar de tantos nomearem e citarem que é dessa forma que avaliam seus alunos. Mesmo que, na maioria dos casos, a responsabilidade de aplicarem esses tipos de avaliações não é apenas do professor, da instituição de ensino, mas do próprio sistema que está constantemente nos avaliando, desde a pré-escola até ensinos superiores e concursos públicos, ou seja, o professor não pode deixar de apresentar esses instrumentos avaliativos a seus alunos, até por que, é uma prática existente em todo o meio de formação do indivíduo, intelectual e socialmente falando.

Por outro lado, conforme o resultado do questionário aplicado, uma das professoras (P2) afirmou que não conhece o termo avaliação multicultural, ou seja, por mais que esteja sendo um tema debatido, e às vezes, em seu dia a dia compactue com a valorização cultural e individual de seu aluno, não conseguiu - antes da consolidação desse artigo - conceituar que essa prática está sob uma perspectiva de avaliação multicultural.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa realizada, analisada e discutida, comprova-se uma realidade educacional da zona rural do município de Curral de Cima- PB, porém que não se limita apenas a essa localidade, pois é um fato que excede as fronteiras municipais, estaduais e federais.

As professoras analisadas tiveram a oportunidade de expor suas práticas, bem como um pouco de suas angústias, que mesmo sendo de uma cidade interiorana e estarem cumprindo a missão de educadoras em áreas rurais e carentes, não se constrangeram em mostrar suas verdades. Mesmo com exigências do sistema, burocraticamente falando, ainda percebemos ousadia em oferecer a seus alunos e alunas algo a mais, um pouco de liberdade no processo de ensino-aprendizagem, não apenas **medindo** o conhecimento, como fizeram e fazem às vezes, mas também aproveitando e respeitando as particularidades de cada criança.

Por tanto, não apenas no município supracitado, mas em todo o território nacional, de acordo com a realidade de cada região, precisa-se entender avaliação, de uma vez por toda, como um processo contínuo e multicultural, porém, particular, onde cada indivíduo tem seu tempo e seu modo de desenvolvimento, ou seja, avaliar o aluno considerando todo seu entorno, através de uma visão ampla, considerando o multiculturalismo e diversidade que existe não apenas numa sociedade, mas numa pequena sala de aula, onde cada criança traz um pouco de suas raízes e características particulares, mesmo pertencendo a uma mesma comunidade. Sendo assim, o professor não deve utilizar apenas uma forma, uma ferramenta para avaliar, mas considerar toda

a turma respeitando as particularidades de cada um.

Uma vez que, existimos em/ pertencemos a mundo tão cheio de riquezas culturais, valores especiais e diversidades, onde a Educação é a mola mestra para o crescimento intelectual e social do indivíduo, deve-se, pois, abrir espaço para o multiculturalismo, proporcionando a todas que a compõem um olhar amplo que veja além do todo, que não julguem o aluno/a aluna apenas superficialmente, mas o/a conheçam e reconheçam como indivíduo que já traz consigo uma grande bagagem de conhecimento que pode e deve ser multiplicado e compartilhado, para que quando “sair” desse meio escolar, esteja preparado/preparada para atender e entender a diversidade que o/a cerca e assim, contribuir para a evolução da sociedade que componha.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de 9 anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**/organização do documento: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricéli Ribeiro do Nascimento. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.

CORSINO, Patrícia. **As crianças de seis anos e as áreas do conhecimento**. IN: BRASIL, Ministério da Educação. Ensino Fundamental de 9 anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade/organização do documento: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricéli Ribeiro do Nascimento. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Editora Mediação, 29 ed.2009.

PRIMÃO, Juliana Cristina Magnani; SILVA, Ana Maria Nunes da & ALEXANDRE Ivone Jesus. **MULTICULTURALISMO E EDUCAÇÃO: desafios para o educador**. Eventos Pedagógicos v.3, n.2, p. 291 - 300, Maio – Julho, 2012

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades**. Caderno de pesquisa em administração, v. 1, n. 3, 1996.

SANTOS, Ana Paula Silva & CANEN, Ana. **Avaliação Escolar Para a Aprendizagem: possibilidades e avanços na prática pedagógica**. Meta: Avaliação I Rio de Janeiro, v. 6, n. 16, p. 53-70, jan./abr.,2014 .

SOBRE A ORGANIZADORA

Gabriella Rossetti Ferreira

- Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL).
- Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto.
- Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
- Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-305-7

